Evento Nacional enactus Brasil 2026
IV SIMPÓSIO NACIONAL EXTENSÃO
XI SNESEB
CAMPO GRANDE - MS
DE 21 À 24 DE JULHO DE 2025
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

FENÔMENO DA ECOANSIEDADE NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique de Sales Monteiro[1]
Letícia Dias Fantinel[2]

Resumo

Este artigo mapeia a ecoansiedade entre estudantes de Administração de uma universidade pública. O estudo considera emoções, compreensão de responsabilidade, futuro e ação diante das mudanças climáticas, além de avaliações sobre a formação acadêmica. O referencial teórico interdisciplinar articula debates sobre mudanças climáticas, dimensões psicossociais da crise ambiental e limites do ensino de Administração. A metodologia envolveu pesquisa quantitativa (survey) com questionário estruturado, abordando preocupação com mudanças climáticas, emoções, futuro e responsabilidades individuais/coletivas. Os dados foram tratados por análise descritiva. Os resultados mostram que 89% dos estudantes apresentam preocupação relevante com a crise climática e vivenciam tristeza, ansiedade e impotência, sem impactos negativos no desempenho acadêmico. Identificou-se avaliações ambivalentes sobre o futuro, com inquietação, mas sem fatalismo, e reconhecimento crítico de poucas oportunidades na formação em Administração para discutir o tema. Conclui-se que a ecoansiedade se manifesta de forma moderada, multifacetada e potencialmente mobilizadora, evidenciando lacunas curriculares para futuros administradores em um contexto de crise ambiental.

Palavras-chave: Ecoansiedade; Mudanças climáticas; Estudantes de Administração.

[1] Graduando em Administração, Universidade de Brasília - UnB (hiquesmonteiro@gmail.com).
[2] Professora do Departamento de Administração, Universidade de Brasília - UnB (leticia.fantinel@unb.br).

INTRODUÇÃO

O planeta enfrenta uma crise ecológica sem precedentes, com sinais evidentes de colapso ambiental, como perda de biomas, mudanças climáticas e catástrofes. O presente decênio é crucial para evitar a desorganização das sociedades sob o impacto das crises socioambientais, que podem levar à extinção de espécies, incluindo a humana (Marques, 2023). O Antropoceno, época geológica em que as atividades humanas são a principal força motriz das mudanças planetárias (Alcântara et al., 2020), reflete que as catástrofes são consequências diretas da ação humana, guiada por interesses econômicos e consumo desenfreado (Leite; Fantinel, 2024). Embora a degradação ambiental afete a todos, ela é motivada pelo estilo de vida de uma parcela privilegiada da população, cujo uso desproporcional de recursos contribui para o agravamento da crise climática. O maior contingente populacional a sofrer com os efeitos dessa crise é o restante da população, incluindo estudantes (Layrargues; Sato, 2024).

No ensino superior brasileiro, o ensino da Administração tem enfatizado a eficiência operacional e a maximização do lucro (Svampa, 2013), moldando uma visão empresarial voltada à produção desenfreada e à exploração intensa de recursos (Leite; Fantinel, 2024). Multinacionais e empresas de grande porte disputam mercado, desconsiderando limites ecológicos e o tempo de renovação dos recursos naturais, intensificando a crise ambiental (Freitas; Paiva, 2018). Com o avanço dos impactos ambientais, a Administração introduziu princípios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Empresas passaram a ser cobradas por stakeholders e pela sociedade, alterando o cotidiano das organizações e provocando reflexões entre futuros administradores sobre limites do crescimento econômico e impactos das decisões empresariais (Freitas; Paiva, 2018).

Nesse contexto, surge a ecoansiedade, um fenômeno psicológico e social que afeta o bem-estar mental com sentimentos de medo e desesperança diante de catástrofes ambientais, podendo causar estagnação (Layrargues; Sato, 2024). Esse sofrimento, entendido como fenômeno social, pode afetar estudantes de Administração, que se encontram entre a formação para a gestão de recursos e a consciência dos riscos socioambientais. Considerando a relevância da temática, esta pesquisa propõe-se a investigar: como se manifesta o fenômeno

da ecoansiedade entre estudantes de graduação em Administração em uma universidade pública?

Este trabalho aborda a ecoansiedade na formação em Administração, considerando desafios da crise ambiental e a responsabilidade socioeconômica dos futuros gestores. A pesquisa busca compreender como os estudantes percebem e vivenciam esse fenômeno, especialmente diante das contradições entre o modelo de gestão tradicional e a demanda por práticas sustentáveis. Assim, o objetivo geral é mapear o fenômeno da ecoansiedade nos estudantes do curso de Administração de uma universidade pública. Os objetivos específicos são: identificar a manifestação da ecoansiedade, descrever o perfil sociodemográfico, identificar as principais características do fenômeno e analisar seu impacto na vida acadêmica e pessoal dos estudantes.

Este estudo se justifica pela importância de compreender a ecoansiedade, sua manifestação e impacto em estudantes de Administração, que tomarão decisões envolvendo recursos financeiros, humanos e ambientais, e responderão aos desafios socioambientais. A pesquisa parte de uma inquietação pessoal do autor sobre a falta de pautas socioambientais no curso de Administração, evidenciando uma lacuna entre a formação e as demandas reais. Para as universidades, esta pesquisa é relevante, pois profissionais de Administração gerenciam recursos institucionais em meio a desafios ambientais. Departamentos e docentes são agentes fundamentais na formação de gestores, tornando essencial incorporar essa discussão. Esta é a primeira pesquisa na universidade a investigar a relação entre ecoansiedade e estudantes de Administração, contribuindo para o debate sobre a formação crítica de administradores em meio à crise ambiental, um tema acadêmico e existencial.

REVISÃO DA LITERATURA

O ensino de Administração no Brasil desenvolveu-se na década de 1960, visando formar profissionais para modernizar empresas sob modelos dos Estados Unidos, com foco em planejamento, eficiência e produtividade (Fischer, 1993). A consolidação no final do século XX ocorreu em um cenário de mercantilização do ensino superior, gerando um perfil generalista baseado em métodos práticos e imediatistas (Paes de Paula; Rodrigues, 2006). A

ênfase no lucro a curto prazo marca a formação, simplificando a realidade e deixando alunos pouco preparados para desafios complexos, como os ambientais (Fantinel, 2025). O ensino tem sido criticado por manter uma abordagem voltada excessivamente para o mercado, com consciência limitada sobre impactos sociais e ambientais (Dyllick, 2015).

Recentemente, a sustentabilidade passou a aparecer no ensino de Administração devido à crise ecológica. Embora os cursos apresentem lacunas curriculares, têm a responsabilidade de incorporar o tema, essencial para gestores comprometidos com desafios contemporâneos (Lemos et al., 2020). O debate sobre meio ambiente ganhou espaço desde a década de 1970, mas muitas vezes é tratado de forma superficial e pouco crítica (Banerjee, 2003). A Política Nacional de Educação Ambiental (1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (2020) estabeleceram que a questão ambiental deve estar presente na formação para criar profissionais conscientes.

Desafios dificultam a aplicação prática, como a falta de integração dos temas ambientais com outras áreas. Amestoy e Ramos (2021) destacam a ausência de perspectiva ambiental histórica nos currículos e a escassez de formação docente multidisciplinar. Muitos docentes reconhecem a importância, mas não se sentem preparados para trabalhar o tema (Profice, 2016). O ensino tende a dividir conhecimentos em blocos separados, dificultando a compreensão da relação entre organizações e meio ambiente (Fantinel, 2025). A visão histórica reforça a natureza como algo externo às empresas (Fischer, 2003), dualismo limitado diante da complexidade atual (Fantinel, 2025). Estratégias como programas temáticos, projetos de extensão e grupos de pesquisa podem fortalecer a educação ambiental, incorporando-a de forma transversal (Amestoy; Ramos, 2021).

Empresas que incorporam ações sustentáveis tendem a obter maior valorização dos consumidores (Amestoy; Ramos, 2021). É fundamental que os cursos adotem novas práticas de ensino-aprendizagem para consolidar um perfil profissional alinhado às transformações organizacionais e desafios ambientais (Malta; Calloni, 2018). Repensar o ensino é essencial para formar administradores preparados para lidar com desafios éticos e responsáveis. A consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a falta de ferramentas na graduação

podem gerar a ecoansiedade. Criar espaços para transformar essa angústia em ação é essencial para preparar profissionais resilientes e inovadores.

A crise ecológica gera consequências psicoemocionais, como a ecoansiedade: ansiedade crônica relacionada ao bem-estar do meio ambiente e ameaças ao futuro ecológico (Pihkala, 2020). Este fenômeno está conectado à conscientização sobre a gravidade da crise ambiental, cuja escala é difícil de compreender, gerando impotência (Bradshaw et al., 2021). Termos como ecofadiga e ecopessimismo abundam nos relatos da educação ambiental (Layrargues; Sato, 2024). A ecoansiedade manifesta-se por angústia, medo, culpa e impotência diante das mudanças climáticas. Não é um transtorno mental, mas uma resposta natural a ameaças reais, sinalizando consciência ecológica (Clayton et al., 2017).

A ecoansiedade pode estar associada a respostas de engajamento, funcionando como catalisador para comportamentos sustentáveis e participação em movimentos sociais (Hickman, 2020). Pode coexistir com questionamentos sobre a relação humano-natureza e impactos socioeconômicos das mudanças climáticas (Freitas; Paiva, 2018). Os desafios do aquecimento global exigem reavaliação de práticas, e a ecoansiedade pode motivar a busca por alternativas inovadoras (Chanlat, 2022). A preocupação com as próximas gerações fortalece o compromisso com a sustentabilidade planejada a longo prazo (Amestoy; Ramos, 2021).

Contudo, níveis intensos podem ser paralisantes. A exposição contínua a informações sobre desastres contribui para estresse crônico, depressão e desesperança (Clayton et al., 2017). A sensação de impotência diminui a capacidade política de mitigar a erosão de serviços ecossistêmicos (Bradshaw et al., 2021). A sobrecarga pode levar à "eco-paralisia" ou desengajamento como defesa psicológica (Layrargues; Sato, 2024). Visões catastrofistas podem adotar posturas fatalistas que desestimulam soluções práticas.

Os jovens são particularmente afetados, enfrentando as consequências por mais tempo. Um estudo global com 10.000 jovens revelou que 59% estavam extremamente preocupados com mudanças climáticas, afetando o funcionamento diário de 45% (Hickman et al., 2020). A ecoansiedade associa-se a um senso de injustiça intergeracional e frustração com a inação de gerações anteriores, intensificando sentimentos de abandono (Marques, 2023). Jovens

demonstram capacidade de transformar ecoansiedade em ativismo, como o movimento *Fridays for Future*, demonstrando potencial para transformações sociais.

No contexto universitário, a ecoansiedade influencia escolhas acadêmicas e profissionais. Estudantes buscam formações que contribuam para soluções ambientais ou questionam a relevância de suas carreiras (Amestoy; Ramos, 2021). Observa-se uma lacuna no tratamento desses temas nos cursos de Administração, o que é problemático dado o papel dos administradores na gestão de recursos. O ensino no Brasil enfatizou a eficiência operacional e maximização do lucro (Barros, 2017), contribuindo para uma visão mecanicista e fragmentada que separa organizações do meio ambiente (Coelho, 2006).

Nem todos os cursos possuem educação ambiental específica; investimentos são necessários para que o tema ocorra de forma transdisciplinar (Amestoy; Ramos, 2021). A ausência do debate reflete uma visão produtivista que nega discussões sobre implicações negativas do modelo extrativista (Leite; Fantinel, 2024). A educação ambiental é pouco ofertada em cursos noturnos devido a limitações práticas dos estudantes trabalhadores (Carvalho; Bispo, 2019). Administradores serão tomadores de decisão com poder sobre recursos, e sua formação tem implicações diretas na sustentabilidade. A lógica de expansão ilimitada desconsidera limites ecológicos, intensificando a crise e a ecoansiedade (Marques, 2023).

Estudantes estão conscientes da importância ambiental, pois empresas sustentáveis ganham maior valorização (Amestoy; Ramos, 2021). A posição dos estudantes é marcada por tensão entre a tradição que negligenciou limites ecológicos e um mundo onde a consciência ambiental é crucial (Fantinel, 2025). Devem desenvolver uma visão complexa da questão ambiental, integrando ambiente, política, cultura e sociedade (Carvalho; Bispo, 2019). A marginalização de temas socioambientais persiste como herança de hierarquias acadêmicas (Barros, 2017).

As ciências da Administração podem contribuir para enfrentar mudanças climáticas ao experimentarem novas formas de pensar a ação coletiva (Dalmoro; Fantinel, 2025). A Administração é parte do sistema que provocou a crise e deve questionar os sistemas que a sustentam. A ecoansiedade manifesta-se por conflitos cognitivos entre a formação focada em lucros e a consciência sobre limites ecológicos. O antropoceno exige revisão radical de

práticas, raramente contemplada nos currículos (Chanlat, 2022). A falta de espaços institucionais intensifica sentimentos de impotência.

Contudo, a ecoansiedade pode motivar a busca por conhecimentos complementares em projetos de extensão e iniciativas estudantis, enriquecendo o perfil profissional. Pode motivar o questionamento crítico de teorias tradicionais, buscando abordagens alinhadas à sustentabilidade transversal e aprendizagem significativa (Amestoy; Ramos, 2021). Impulsiona o engajamento cívico e político, motivando mudanças institucionais. A manifestação multifacetada da ecoansiedade aponta para a necessidade de uma abordagem integrada e transdisciplinar das questões ambientais nos currículos de Administração (Amestoy; Ramos, 2021).

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza quantitativa e descritiva. A abordagem quantitativa visa testar teorias objetivas, avaliando a relação entre variáveis medidas com instrumentos para que dados numéricos sejam analisados com procedimentos estatísticos (Creswell; Creswell, 2021). O delineamento permite identificar padrões, tendências e relações entre variáveis, oferecendo subsídios empíricos para testar hipóteses sobre a ecoansiedade entre estudantes de Administração. A pesquisa descritiva visa delinear o que é, abordando descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais (Marconi; Lakatos, 2003). A técnica de levantamento (survey) foi escolhida por apresentar uma descrição numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma população (Creswell; Creswell, 2021).

O estudo foi realizado no Departamento de Administração de uma universidade pública federal no centro-oeste brasileiro. A estrutura curricular é composta por disciplinas obrigatórias e optativas, nas quais a temática ambiental não ocupa posição central, sendo abordada sobretudo na disciplina optativa “Gestão da Responsabilidade Socioambiental”. Questões ambientais tendem a aparecer de forma secundária, sugerindo uma exposição desigual e fragmentada ao tema (Amestoy; Ramos, 2021). A temática ocupa uma posição

marginalizada, restringindo-se a disciplinas optativas e atividades de extensão, como a Enactus UnB (Retrato Acadêmico 2023, 2024).

A população compreende estudantes regularmente matriculados no curso de Administração de uma universidade pública, totalizando aproximadamente 1.216 alunos (Retrato Acadêmico 2023, 2024). Os critérios de inclusão foram: estar regularmente matriculado, ter cursado pelo menos um semestre e aceitar voluntariamente participar mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O instrumento utilizado foi um questionário estruturado (Marconi; Lakatos, 2003), adaptado do estudo internacional "Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: a global survey" (Hickman et al., 2021).

O questionário organiza-se em seis seções: (1) Nível de preocupação com as mudanças climáticas, usando escala de cinco pontos; (2) Impacto relacionado ao clima no funcionamento diário e contexto acadêmico; (3) Emoções relacionadas ao clima, contendo 14 itens; (4) Pensamentos relacionados ao clima, incluindo afirmações sobre a formação em Administração; (5) Percepções sobre a universidade, redirecionando o foco original de "governos" para a instituição; e (6) Dados demográficos.

A coleta ocorreu em outubro de 2025 via Google Forms, distribuído por e-mail institucional, WhatsApp, redes sociais e visitas presenciais. Foram obtidas 126 respostas válidas, organizadas em tabelas e gráficos (Creswell; Creswell, 2021). A interpretação foi conduzida à luz do referencial teórico para compreender como a ecoansiedade se manifesta e como os estudantes percebem os conhecimentos recebidos diante da estrutura curricular vigente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta e validação de 126 questionários, constatou-se que 100% dos participantes possuem mais de 18 anos e são estudantes de Administração de uma universidade pública. Os resultados foram organizados em três eixos: nível de preocupação e emoções; pensamentos e percepções cognitivas; e o papel da universidade na formação acadêmica.

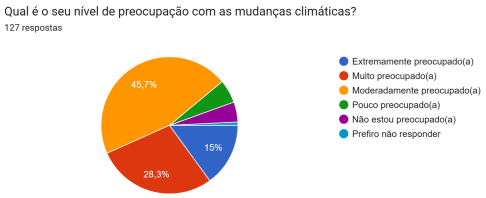


GRÁFICO 1 – Nível de preocupação dos respondentes com as mudanças climáticas
Fonte: Dados da pesquisa

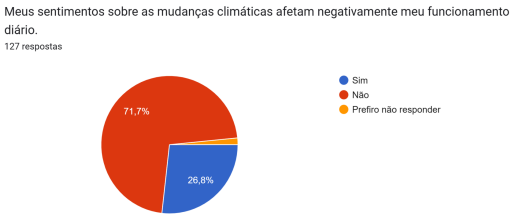


GRÁFICO 2 – Impacto que as mudanças climáticas têm no funcionamento diário dos respondentes.
Fonte: Dados da pesquisa

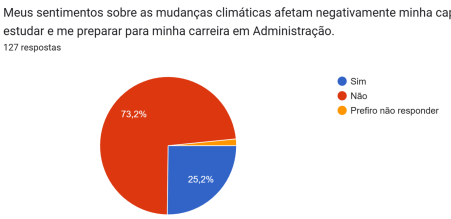


GRÁFICO 3 – Impacto que as mudanças climáticas têm na capacidade dos respondentes em estudar Administração.
Fonte: Dados da pesquisa

Ao serem questionados sobre o nível de preocupação com as mudanças climáticas, 45,7% declararam estar moderadamente preocupados, 28,3% muito preocupados e 15% extremamente preocupados. Aproximadamente 89% demonstram algum grau de preocupação, indicando que a maioria reconhece a gravidade da crise ambiental e sente-se afetada, manifestando o fenômeno da ecoansiedade (Pihkala, 2020). Quanto ao impacto no funcionamento diário e na capacidade de estudar, a maioria (71,7% e 73,2%) respondeu que não é negativamente afetada. Isso sugere que a preocupação não se traduz em prejuízos concretos nas rotinas, alinhando-se à visão de ecoansiedade reflexiva, não paralisante (Clayton et al., 2017).

TABELA 1

Emoções relacionadas às mudanças climáticas - 2025

	Sim	Não	Prefiro não responder
Impotente	93 (73,8%)	30 (23,8%)	3 (2,4%)
Triste	90 (71,4%)	36 (28,6%)	0 (0%)
Ansioso(a)	72 (57,1%)	53 (42,1%)	1 (0,8%)
Com raiva	67 (53,2%)	58 (46%)	1 (0,8%)
Indefeso(a)	61 (48,4%)	56 (44,4%)	9 (7,1%)
Amedrontado(a)	56 (44,4%)	66 (52,4%)	4 (3,2%)
Culpado(a)	35 (27,8%)	86 (68,3%)	5 (4%)
Magoado(a)	34 (27%)	89 (70,6%)	3 (2,4%)
Envergonhado(a)	32 (25,4%)	90 (71,4%)	4 (3,2%)
Otimista	26 (20,6%)	99 (78,6%)	1 (0,8%)
Indiferente	26 (20,6%)	98 (77,8%)	2 (1,6%)
Desesperado(a)	25 (19,8%)	97 (77%)	4 (3,2%)
Enlutado(a)	21 (16,7%)	93 (73,8%)	12 (9,5%)
Depressivo(a)	17 (13,5%)	107 (84,9%)	2 (1,6%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Sentimentos como tristeza, ansiedade e raiva aparecem com frequência. Um dado relevante é que 74% sentem-se impotentes, componente central da ecoansiedade que reduz a capacidade política e psicológica de reagir (Bradshaw et al., 2021). A maioria relatou não se sentir desesperada, culpada ou otimista, o que pode estar associado à falta de controle sobre o problema. Além disso, 78% afirmaram não se sentir indiferentes, reforçando que há sensibilização crescente, e não apatia (Layrargues; Sato, 2024). As emoções negativas não atingem níveis clínicos, expressando-se de forma moderada como consciência ambiental (Clayton et al., 2021).

TABELA 2

Pensamentos e percepções cognitivas relacionadas às mudanças climáticas - 2025

	Sim	Não	Prefiro não responder	Eu não falo com outras pessoas sobre mudanças climáticas
essoas falharam em cuidar do eta	119 (94,4%)	6 (4,8%)	1 (0,8%)	-
turo é assustador	107 (84,9%)	15 (11,9%)	4 (3,2%)	-
gurança da minha família será açada (por exemplo: segurança nômica, social ou física)	81 (64,3%)	33 (26,2%)	12 (9,5%)	-
manidade está condenada	69 (54,8%)	45 (35,7%)	12 (9,5%)	
oisas que mais valorizo serão ruídas	61 (48,4%)	50 (39,7%)	15 (11,9%)	-
ito em ter filhos devido às anças climáticas	39 (31%)	80 (63,5%)	7 (5,6%)	-
ndo eu tento falar sobre anças climáticas, outras pessoas gnoram ou me desprezam	31 (24,6%)	42 (33,3%)	-	53 (42,1%)
enho acesso às mesmas rtunidades que meus pais tiveram	24 (19%)	98 (77,8%)	4 (3,2%)	-

Fonte: Dados da pesquisa.

A afirmação “As pessoas falharam em cuidar do planeta” recebeu concordância de 94,4%, evidenciando consenso de que a crise é consequência da ação humana no antropoceno (Leite; Fantinel, 2024). Para 84,9%, o futuro é assustador, refletindo incerteza e apreensão (Marques, 2023). Entretanto, apenas 54,8% acreditam que “a humanidade está condenada”, revelando uma tensão entre medo e esperança. A inquietação pode funcionar como mecanismo motivador, não levando necessariamente à paralisia (Hickman et al., 2021).

Sobre oportunidades intergeracionais, 77,8% discordam que possuem as mesmas chances que seus pais, associando a crise ecológica à perda de estabilidade (Marques, 2023). Além disso, 64,3% acreditam que a segurança de sua família será ameaçada, vendo as mudanças climáticas como algo capaz de afetar diretamente o bem-estar pessoal (Freitas; Paiva, 2018). As respostas sobre a destruição de valores ficaram divididas (48,4%), indicando resiliência simbólica em parte dos estudantes. Um dado expressivo (42,1%) indica que os estudantes não costumam falar sobre o tema, sugerindo falta de oportunidades ou tratamento superficial nas universidades (Banerjee, 2003). Por fim, 63,5% não hesitam em ter filhos, mantendo projetos de continuidade familiar apesar das preocupações (Hickman et al., 2021).

TABELA 3

Percepções sobre a universidade e seu papel na formação de futuros administradores em meio às mudanças climáticas - 2025

	Sim	Não	Prefiro não responder
Acredito que os conhecimentos de gestão podem contribuir para soluções climáticas.	116 (92,1%)	8 (6,3%)	2 (1,6%)
As empresas e organizações estão falhando em responder adequadamente às mudanças climáticas.	113 (89,7%)	10 (7,9%)	3 (2,4%)
A universidade tem professores que demonstram preocupação suficiente com questões ambientais.	105 (83,3%)	21 (16,7%)	-
A universidade é aliada à ciência o suficiente.	87 (69%)	30 (23,8%)	9 (7,1%)
A universidade está me preparando, como futuro administrador, para implementar práticas sustentáveis nas organizações.	68 (54%)	49 (38,9%)	9 (7,1%)
A universidade está genuinamente comprometida com a sustentabilidade ambiental.	59 (46,8%)	48 (38,1%)	19 (15,1%)
A universidade aborda adequadamente questões relacionadas às mudanças climáticas.	58 (46%)	52 (41,3%)	16 (12,7%)
A universidade possui projetos de pesquisa e/ou extensão suficientes relacionados à sustentabilidade.	57 (45,2%)	39 (31%)	30 (23,8%)
Minha formação em Administração me prepara adequadamente para lidar com os desafios das mudanças climáticas.	47 (37,3%)	68 (54%)	11 (8,7%)
A universidade é confiável para proteger a mim, ao planeta e às futuras gerações.	39 (31%)	69 (54,8%)	18 (14,3%)
A universidade oferta disciplinas suficientes sobre sustentabilidade e gestão ambiental no currículo.	33 (26,2%)	80 (63,5%)	13 (10,3%)
A universidade está desconsiderando a angústia dos alunos.	30 (23,8%)	70 (55,6%)	26 (20,6%)
A universidade está levando as preocupações dos alunos a sério o suficiente.	26 (20,6%)	76 (60,3%)	24 (19%)
A universidade está fazendo o suficiente para evitar uma catástrofe climática.	20 (15,9%)	90 (71,4%)	16 (12,7%)
A universidade está mentindo sobre o impacto de suas ações sobre as mudanças climáticas.	6 (4,8%)	91 (72,2%)	29 (23%)

Fonte: Dados da pesquisa.

A afirmação “Minha formação em Administração me prepara adequadamente para lidar com os desafios das mudanças climáticas” recebeu discordância de 54%. Contudo, 92,1% acreditam que conhecimentos em gestão podem contribuir para soluções ambientais, reconhecendo o papel estratégico da área (Dalmoro; Fantinel, 2025). Sobre a instituição, 71,4% avaliam que a universidade não faz o suficiente e 60,3% sentem que suas preocupações não são levadas a sério, tratando a educação ambiental de forma periférica (Amestoy; Ramos, 2021).

Apesar da crítica, 69% confiam que a universidade está alinhada à ciência e 72,2% acreditam que ela não omite informações. A desconfiança reside na dificuldade de converter conhecimento em diretrizes institucionais (Barros, 2017). Apenas 46,8% concordam que há um compromisso genuíno com a sustentabilidade. Embora 54% acreditem que a universidade os prepara para implementar práticas sustentáveis, isso contrasta com o despreparo percebido para lidar com desafios climáticos complexos, sugerindo uma formação focada em aspectos operacionais, mas insuficiente para atuação estratégica (Chanlat, 2022).

Para 63,5%, o currículo não oferece disciplinas suficientes sobre sustentabilidade, reforçando a necessidade de transversalidade (Amestoy; Ramos, 2021). Apesar das lacunas,

83,3% reconhecem professores genuinamente preocupados e 45,2% identificam projetos de pesquisa e extensão, embora estes muitas vezes se concentrem em espaços marginais ao currículo. Em suma, os estudantes veem a universidade como cientificamente confiável, mas pouco eficaz em integrar a temática climática de forma prioritária em sua formação, o que alimenta a sensação de que as ações acadêmicas não acompanham a urgência da crise ambiental.

CONCLUSÃO

O estudo investigou a manifestação da ecoansiedade entre estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública, mapeando como preocupações ambientais, expectativas de futuro e experiências emocionais atravessam sua formação. Os objetivos específicos incluíram identificar a manifestação do fenômeno, descrever o perfil sociodemográfico, identificar características emocionais e cognitivas e analisar o impacto na vida acadêmica e pessoal. Partiu-se da hipótese de que a ecoansiedade poderia se manifestar como vetor de mobilização ou fonte de impotência, influenciando a experiência acadêmica e perspectivas profissionais.

Os resultados confirmaram substancialmente a hipótese. O mapeamento revelou alto nível de preocupação ambiental (89%). Emoções como tristeza, ansiedade, raiva e impotência sugerem que a ecoansiedade está presente de maneira relevante, embora não incapacitante, manifestando-se mais como sensibilidade ambiental do que como sofrimento paralisante. Constatou-se que o fenômeno apresenta características diversas, combinando apreensão com esperança. Muitos estudantes reconhecem a gravidade da crise sem assumir postura fatalista, mantendo expectativas sobre o futuro. Assim, a ecoansiedade pode operar como motor de engajamento.

No impacto acadêmico, a maioria não relata comprometimento de rotinas ou desempenho, indicando que a ecoansiedade tende a se expressar no plano reflexivo. Quanto à universidade, os estudantes percebem que sua formação não os prepara plenamente para os desafios climáticos. Embora valorizem o papel da Administração em soluções sustentáveis, apontam lacunas curriculares e pouca priorização institucional. Ao não incorporar discussões

estruturadas sobre sustentabilidade, o curso pode contribuir para que estudantes vivenciem o fenômeno sem mediação institucional, reforçando sentimentos de impotência.

Conclui-se que o objetivo geral foi alcançado, revelando emoções e percepções que refletem o cenário crítico e as limitações da formação. Os resultados reafirmam a importância de inserir debates ambientais de maneira transversal no currículo. A ecoansiedade é um fenômeno psicossocial complexo que integra críticas e expectativas. O tema precisa ser mais debatido para preparar profissionais capazes de enfrentar desafios reais de forma responsável e ética.

Como limitações, a pesquisa restringiu-se a uma única universidade e participação voluntária, não sendo generalizável. Estudos futuros poderiam aprofundar desafios específicos, ações pós-consciência ou influência de variáveis como turno e renda. Investigações poderiam examinar a relação entre o acesso limitado a discussões ambientais no turno noturno (61,9% da amostra) e a manifestação da ecoansiedade (Carvalho e Bispo, 2019). Espera-se que este trabalho fortaleça o debate sobre a formação de administradores, convertendo a ecoansiedade em oportunidade formativa quando incorporada às práticas universitárias.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Valderí Castro et al. Antropoceno: o Campo de Pesquisas e as Controvérsias sobre a Era da Humanidade. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória, v. 9, n. 3, 2020.

AMESTOY, S. C.; RAMOS, P. R. Inserção da Sustentabilidade no Curso de Administração: Ensaio teórico. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, v. 24, n. 1, p. 143–180, 2003.

BARROS, Amon. Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de Comércio e o curso superior em Administração e Finanças. **Cadernos EBAPE.BR.** Fundação Getulio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, v. 15, n. 1, p. 88-100, 2017.

BRADSHAW, C. J. A. et al. Underestimating the Challenges of Avoiding a Ghastly Future. **Frontiers in Conservation Science**, v. 1, p. 615419, 2021

BRASIL. Lei no 9.795 de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares dos Cursos de Administração. Parecer CNE/CES no 438/2020. Aprovado em 10/07/2020.Brasília, 2020.

CARVALHO, M. M. S; Bispo, M. O. A educação ambiental sob a ótica da gestão nas instituições de ensino superior no fazer ambiental. **Revista Terceiro Incluído**, 9, 227-240, 2019.

CHANLAT, J-F. Repensar as Organizações e a Sociedade a partir da Ética. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 100, p. 125-153, 2022.

CLAYTON, S. et al. **Mental health and our changing climate:** Impacts, implications, and guidance. Washington, DC: American Psychological Association, 2017.

COELHO, F. **Educação superior, formação de administradores e setor público:** um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil. 2006. 151 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DALMORO, Marlon; FANTINEL, Letícia. O que as Ciências da Administração têm a ver com a mudança climática. In: JOHANN, Liana; MAZZARINO, Jane Marcia (Org.). **Modos de existência:** o que a ciência tem a ver com isso?. Volume 2. Lajeado: Editora Univates, 2025.

DYLLICK, Thomas. Responsible management education for a sustainable world: The challenges for business schools. **Journal of Management Development**, v. 34 n. 1, p. 16-33, 2015.

FANTINEL, Letícia. Por uma formação em Administração orientada a um viver multiespécies. In: PETINELLI-SOUZA, Susane; BIANCO, Mônica de Fatima (org.). **Por outra formação em administração:** diálogos para uma sociedade mais igualitária. (e-book). EDUFES, 2025. Disponível em: <https://edufes.ufes.br/items/show/798> Acesso em: 1 dez. 2025.

FISCHER, Tânia Maria Diederichs. A formação do administrador brasileiro na década de 90: crise, oportunidade e inovações nas propostas de ensino. **Rev. adm. pública**, v. 27, n. 4, p. 11–20, 1993.

FREITAS, A. R. P.; PAIVA, L. E. B. Revisão da produção científica internacional de brasileiros acerca das mudanças climáticas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 95-113, 2018.

HICKMAN, Caroline. We need to (find a way to) talk about... eco-anxiety. **Journal of Social Work Practice**, v. 34, n. 4, p. 411-424, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAYRARGUES, P. P.; SATO, M. **Se o mundo vai acabar, por que deveríamos reagir?:** A agenda da educação ambiental no limiar do colapso ambiental. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2024.

LEITE, M. C. O.; FANTINEL, L. D. Organizar em ruínas: Contribuições de abordagens multiespécies na Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, Vitória, v. 28, n. 1, 2024.

LEMOS, M. F. C. et al. PUC-Rio Socio-environmental Agenda: New Steps Towards Sustainability in the University. In: LEAL FILHO, W. et al. (ed.). **Universities as Living Labs for Sustainable Development.** Cham, Switzerland: Springer Nature Switzerland, 2020. p. 733-746.

MALTA, S. O. M.; CALLONI, H. A Educação Ambiental no Ensino de Administração: desafios e perspectivas. **Horizontes**, v. 36, n. 2, p. 102-113, 2018.

MARQUES, Luiz. **O Decênio Decisivo:** propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

PAES DE PAULA, A. P.; RODRIGUES, M. A. Pedagogia crítica no ensino da Administração: desafios e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, n. ed. especial, p. 10–22, 2006.

PIHKALA, Panu. **Anxiety and the ecological crisis:** an analysis of eco-anxiety and climate anxiety. Sustainability, 2020.

SVAMPA, Maristella. “Consenso de los commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.